



Carlos Pimenta*

Apontamentos sobre a Revolução Portuguesa de 1974

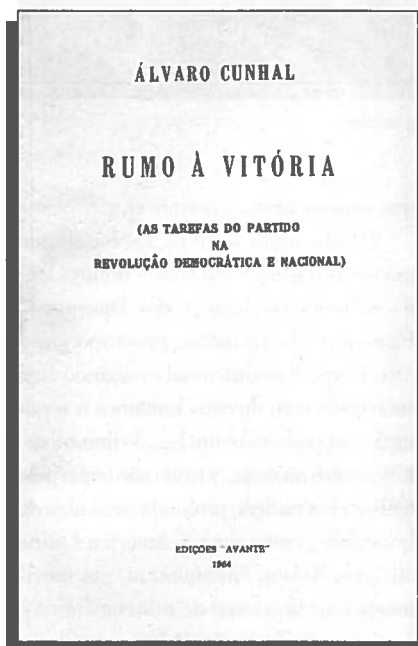
nosso objetivo é apresentar de uma forma sintética as transformações económico-sociais processadas durante o período que medeia entre o 25 de Abril de 1974, data do golpe militar contra a ditadura “que rapidamente se transformou em movimento popular, profundamente transformador da realidade deste país” até ao 25 de Abril de 1976, data em que se consolidam as instituições democráticas que ainda hoje perduram e em que terminaram e retrocederam muitas das dinâmicas anteriores moldadas por duas preocupações: (I) Destruir o suporte económico da ditadura (designado por “Estado Novo”); (II) Iniciar uma transformação socialista da economia portuguesa¹.

Pode-se considerar que estas preocupações se plasmavam no Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas, expressando preocupações generalizadamente sentidas e consignadas em anteriores documentos da Oposição Democrática à ditadura. Contudo, a sua referência é difusa e a leitura do aí afirmado dependia muito de quem a fizesse. Aquele programa estava sobretudo preocupado com o fim da guerra colonial (o documento começa exatamente por esse tema: “Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do ultramar”), com a restauração das liberdades fundamentais e a organização política do período transitório.

A palavra “socialismo” não aparece no referido documento. As referências expressas a uma política económica são raras:

“Medidas que permitam vigilância e controle rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro;” (...)

6 - O Governo Provisório lançará os fundamentos de:



a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma



estratégia antimonopolista;

b) Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objetivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os Portugueses.” (MFA, 1974)

A dinâmica das transformações político-sociais realizadas resultou da pressão realizada pelos movimentos populares e pelo afastamento dos grupos mais conservadores do Movimento das Forças Armadas.

O Partido Comunista Português² tinha uma proposta de política económica, consignada na Revolução Democrática e Nacional, uma proposta de libertação da ditadura assente numa estratégia de construção socialista, nos moldes então institucionalizados (Cunhal, 1964):

1. Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático;
2. Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral;
3. Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha;
4. Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral;
5. Democratizar a instrução e a cultura;
6. Libertar Portugal do imperialismo;
7. Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência;
8. Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

O Partido Socialista, o outro partido existente, defendia um “socialismo que acolha e desenvolva o pluralismo” (PS, 1973, 4) que permitisse “a todos os homens a livre escolha e fruição dos bens necessário à sua plena realização”, “a eliminação da exploração do homem pelo homem” (11), defendendo para tal o





desenvolvimento económico rápido, a planificação democrática, a Reforma Agrária e as nacionalizações de empresas.

Uma análise da política económica definida pelos órgãos de poder político durante o período considerado mostra essencialmente ambiguidades, mudanças estratégicas bruscas, tentativas de conciliação de atuações contraditórias.

A nossa preocupação no breve texto seguinte não é fazer a descrição da história económica desse período, mas antes chamar a atenção para algumas tendências, para os atores em cena e para as transformações efetivamente realizadas, com particular destaque para as conducentes ao que muitos designavam por “democracia real”: uma democracia que ultrapassasse os limites do quadro legal e da ação cívica e que se fundasse em novas condições de trabalho e de vida, numa nova repartição dos rendimentos e condições de vida.

Considerações prévias

Falar hoje das transformações político-económicas verificadas em 1974/6 em Portugal exige ter em atenção três aspetos:

- Trata-se de um período revolucionário, isto é, um período de ruturas, incluindo de destruição de um Estado e construção de um outro. Um período com grande diversidade de poderes sociais em confronto aberto, num acelerado processo de metamorfose. Tudo se modifica, com

grande sensibilidade, a variações infinitesimais: muda-se a demografia, a cultura, a informação, a educação, as mentalidades, a família; mudam-se a propriedade e a organização das empresas, mudam-se os objetivos estratégicos da Política Económica, mudam-se a informação e a liberdade dos agentes económicos, mudam-se os usos e costumes, os hábitos e os anseios. Num período revolucionário não há coerência de atuação nem nenhuma planificação da ação: é no seu ziguezaguear, nas suas ambiguidades e contradições, que se encontram os motores de uma dinâmica conjuntural. Se foi a estrutura da ditadura que gerou por oposição a dinâmica do seu derrubamento, esta constrói-se no quotidiano. Esta situação é tanto mais evidente quanto em Portugal não foi a conquista do poder por um Estado minimamente coerente que promoveu as transformações económicas, mas foi o Estado, profundamente heterogéneo, que muito frequentemente (sobretudo até às primeiras eleições para a Assembleia da República, fim do processo) se foi reestruturando e ajustando às dinâmicas populares.

- Há uma sociedade mundial polarizada entre capitalismo e socialismo. Uma polarização que influenciou a própria dinâmica do capitalismo (o keynesianismo e o “Estado Social” são o resultado da sua dinâmica interna, mas também uma resposta de garantia da reprodução do sistema capitalista), que marcou profun-

damente as ações populares, reivindicando melhores condições de vida, e os movimentos de libertação nacional. Uma coexistência que funcionava como fator permissivo e de suporte a alterações radicais da organização político-económica dos Estados, de rutura num pequeno país sem expressão na economia mundial, como o nosso.³

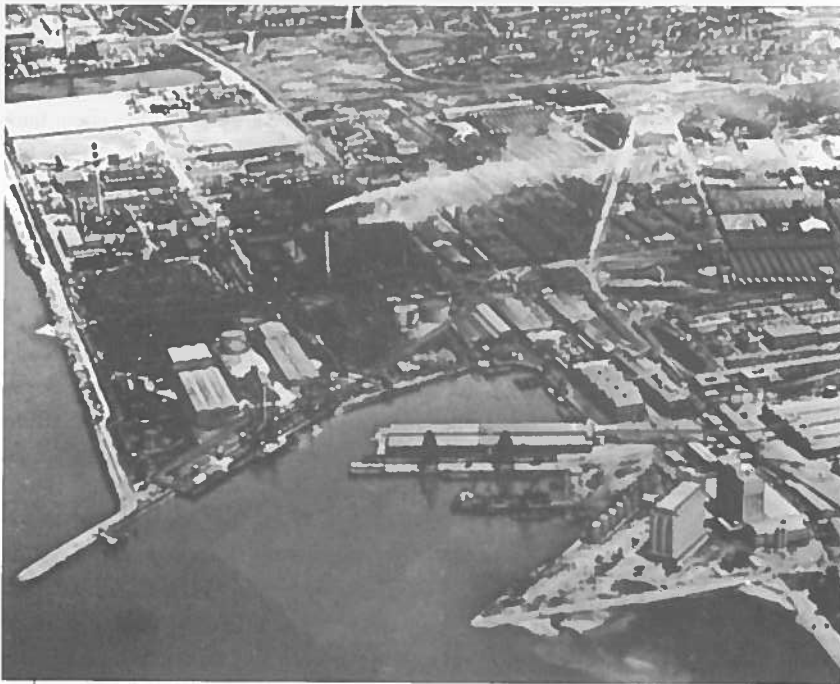
- Há uma relação dialética entre a crise de sobreprodução então vivida e as transformações em Portugal. A evolução conjuntural da economia mundial potenciou o conflito entre a “nova” organização da ditadura, existente desde 1968, e os anseios populares. A inflação transformou-se numa preocupação maior, acelerada ainda nos períodos de crise (recorde-se a expressa referência do programa do MFA ao assunto). Além disso a superação da crise (1975 foi de variação negativa do produto nacional bruto a custo de fatores e a preços constantes, -5,5%) foi um dos desafios económicos do processo de transformação.

Exige igualmente ter em atenção as principais características da sociedade portuguesa existentes nas vésperas da Revolução do 25 de Abril de 1974, consolidado durante quase meio século, assente num conjunto de vetores, que foram evoluindo ao longo das décadas, mais por pressões externas (incluindo como tal a guerra colonial) que internas.

Podemos fazer a síntese da situação económica (sem menosprezar a importância das outras vertentes do social) nos seguintes cinco vetores:

- Uma economia subdesenvolvida num contexto europeu; grande dependência do capitalismo internacional, nomeadamente do Reino Unido.

Em 1973, o produto nacional bruto *per capita* em Portugal era de 1150 dólares contra 1770 em Espanha e 4240 em França. O consumo *per capita* de energia em Portugal era 24% do Reino Unido. A taxa de mortalidade infantil em Portugal era 3,2 vezes a de França. A esperança de vida à nascença era de 68 anos. Os dados da emigração espelhavam bem a nossa situação no contexto mundial. Segundo Reis (1994, 311) “entre 1955 e 1974, com um valor máximo em meados dos anos sessenta, o número de saídas ilegais, ultrapassou um milhão de indivíduos”, cerca de um décimo da população portuguesa.



→ Zona industrial do grupo CUF no Barreiro

● Domínio do modo de produção capitalista com uma hegemonia dos grupos monopolistas e grandes proprietários da terra.

O capitalismo português, nascido no início do século XIX teve ao longo do tempo um sistemático desfasamento negativo em relação aos países europeus economicamente dominantes, para o que contribuiu, entre outros elementos, a dependência político-económica de Inglaterra e o atraso educativo-cultural.

Sete grupos monopolistas dominavam os sectores vitais da economia. Uns partiram do sector industrial para o bancário, outros seguiram a via inversa mas em todos os casos os dois sectores estavam presentes. Controlavam todos os sectores nevrálgicos da produção nacional: possuíam 83% dos depósitos bancários, dominavam sectores como seguradoras, eletricidade, petróleo, siderurgia, construção naval e de máquinas, química, pasta de papel. Forjados na convivência política, na ausência de concorrência por imposição legal e no proteccionismo, na década de sessenta passaram a estar mais expostos à concorrência internacional. A posse da terra, também estava muito concentrada: as explorações com mais de 2500 hectares representavam 0,01% do seu número e 10% da superfície, sendo particularmente importante no sul do País, em que 1,2% das propriedades representavam 55% da superfície.

● Ausência das liberdades funda-

mentais, acompanhada da exploração exacerbada dos trabalhadores.

Era negada a liberdade de expressão, organização e manifestação. A informação era controlada pela censura. A polícia política perseguia todas as vozes discordantes. A luta sindical e política desenvolvia-se nos interstícios dessa repressão e na clandestinidade. Esta situação espelhava-se consequentemente nas más condições de trabalhos e de remuneração, nas condições de vida das populações, apesar do baixo desemprego interno em resultado da emigração e da ocupação de grande parte dos jovens na guerra colonial.

Em 1973, os salários e ordenados representavam 37,7% do rendimento nacional, utilizando os dados oficiais. É de admitir, segundo estimativas, que nesse mesmo ano a taxa de mais-valia fosse de 400%, isto é, em 10 horas de trabalho bastavam 2 horas para criar um valor novo correspondente ao salário.

● Domínio colonial e subordinação das políticas económicas e sociais às exigências da guerra colonial.

Mantendo um vasto império colonial, sobretudo em África, mas também na Ásia, confrontava-se desde o início dos anos sessenta com o anseio armado de independência dos respectivos povos. A guerra colonial em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique exauria os recursos públicos (representava 50% das despesas públicas), exigia aumento de impostos e

contribuía para a inflação. O serviço militar obrigatório com uma duração de 4 anos, e o registo de uma dezena de milhar de jovens mortos, três dezenas de milhar de feridos e duas dezenas de milhar de estropiados, representava uma violência para as famílias portuguesas e uma grande fuga de recursos do processo produtivo.

Entretanto o grosso dos recursos naturais das colónias foi entregue a multinacionais estrangeiras.

● Existência de um conjunto de problemas habitualmente considerados como problemas conjunturais.

A inflação era o problema mais sentido pela generalidade das pessoas. Na década de 50 do século passado os preços aumentaram 6,9%; na seguinte o aumento foi de 38,3% e só no período de 1970 a 1973 cresceram 31,1%. Entretanto desde 1968 que se começavam a manifestar sinais de crise, comprovada pela queda da formação bruta de capital fixo naquele ano. Em 1973 eram evidentes os sinais de crise, cujo primeiro sinal foi a queda brutal das cotações dos títulos.

Portugal apresentava um estrutural défice da balança comercial com o exterior. Mas não tinha problemas de balança de pagamentos graças ao turismo, às remessas de emigrantes e ao saldo com as colónias. Contudo a saída dos lucros das empresas estrangeiras (manifestação da abertura ao exterior) e a crise internacional alteraram este panorama. No primeiro trimestre de 1974 registou-se pela primeira vez um défice.

Mudanças, fases e atores

Dissemos que foi um período de frequentes, rápidas e intensas modificações sociais. Modificações frequentemente contraditórias, que resultavam da radicalidade muito diversificada dos atores em presença. A agenda efetiva era a reposição das liberdades cívicas (onde havia grande concordância nas declarações, mas com diversidade nas práticas), o fim da guerra colonial (com divergências profundas sobre o que surgiria depois) e a melhoria das condições de vida (um objectivo que era atravessado pelas profundas diferenças entre uma dinâmica capitalista e outra socialista).

Podemos considerar quatro grandes subperíodos constitutivos do período revolucionário, a saber:



● **Fase 1: Do 25 de Abril de 1974 a 11 de Março de 1975**

Inicia-se com o golpe militar, logo seguido de grandes ações populares. Termina com a derrota da tentativa de impedir a independência das colónias.

Podemos considerar a fase de transição da ditadura para a democracia.

● **Fase 2: Do 11 de Março de 1975 ao 2 de Junho de 1975**

Começa com o fracasso da tentativa de golpe de Estado de forças militares leais a António Spínola e termina com a abertura da Assembleia Constituinte, criada por sufrágio universal.

Podemos considerar como o período de transformação popular da sociedade e de afirmação da democracia.

● **Fase 3: Do 2 de Junho de 1975 ao 25 de Novembro de 1975**

Começa com o início dos trabalhos de elaboração de uma nova Constituição da República e termina com a vitória de um "golpe de estado" militar que levou ao controlo dos centros de decisão política do Movimento das Forças Armadas.

Este período marca a vitória da democracia parlamentar e o início da sua vivência.

● **Fase 4: Do 25 de Novembro de 1975 até o 25 de Abril de 1976**

Começa com a vitória do referido golpe militar e prolonga-se até às primeiras eleições para a Assembleia da República, cujos resultados eleitorais foram muito semelhantes aos verificados nas eleições para a Assembleia Constituinte. Nesta data termina o que podemos considerar a Revolução do 25 de Abril

Este é a fase da consolidação da democracia parlamentar e de início da reestruturação do capitalismo português, no âmbito de uma nova internacionalização de Portugal.

Após aquela última data intensificou-se a política económica capitalista e as correspondentes alterações da organização da sociedade.

Podemos sintetizar estes quatro períodos no quadro seguinte, assente em três parâmetros:

A = a importância relativa dos problemas económicos no conjunto dos problemas políticos e nas preocupações da opinião pública (medida por intensidade fraca [*], média [**], grande [***])



B = O domínio de uma orientação socialista [S] ou capitalista [C]

C = a coerência interna da política económica (medida por intensidade)

Fase	A	B	C
1 ^a	*	C/S	*
2 ^a	***	S	**
3 ^a	**	C/S	*
4 ^a	*	C	**

Quais os principais atores deste processo? Analisemo-los não esquecendo que a complexidade e velocidade da situação vivida pressupõe uma grande heterogeneidade dos atores abaixo referidos e uma grande sensibilidade da dinâmica social a pequenos acontecimentos.

Podemos considerar cinco agentes principais.

■ **O Estado**

Após o golpe militar todos os órgãos executivos e legislativos da ditadura foram encerrados e essas funções foram concentradas na Junta de Salvação Nacional, composto maioritariamente pelos oficiais militares do Movimento das Forças Armadas mais moderados.

Vinte dias pós o golpe militar foi constituído o primeiro Governo Provisório, situação que se prolongou, em diversos governos com diferentes equilíbrios de força, até 23 de Junho de 1976. Pretendiam ser governos de unidade nacional, com representação de todas as correntes políticas, organizadas ou não em

partidos. Pela influência que tiveram durante um período decisivo da vida do país, a luta política para a obtenção de posições nos sucessivos governos assumiu particular importância.

O Presidente da República emanou durante dois anos das formas transitórias de Estado referidas, tendo o cargo sido exercido primeiro por António de Spínola e depois por Costa Gomes, ambos generais.

Os principais protagonistas do 25 de Abril, organizados no Movimento das Forças Armadas, influenciavam e participavam nos órgãos de poder referidos ao mesmo tempo que se organizavam em estruturas militares que frequentemente representavam um poder paralelo: 5^a Divisão do Estado-Maior do Exército, COPCON - Comando Operacional do Continente, por exemplo.

Durante o período por nós considerado e sobretudo até ao 25 de Novembro de 1975, o Estado foi uma estrutura muito pouco operante e dependente dos movimentos sociais, com uma estratégia política em permanente mudança e uma grande fragilidade das linhas de comando.

■ **Os movimentos das forças populares**

De uma forma aproximada podemos dizer que o golpe militar de 25 de Abril de 1974 converteu-se numa revolução social no dia 1 de Maio de 1974, primeira explosão nacional dos movimentos populares e reivindicativos.

Logo após o golpe militar os muitos sindicatos representativos dos trabalhadores que se tinham constituído durante a ditadura formaram uma confederação



sindical (CGTP) com enorme capacidade mobilizadora. Novos sindicatos se formaram, ora para abrangerem novos sectores de atividade ora por terem princípios orientadores diferentes, tendo-se constituído mais tarde uma segunda central sindical (UGT). As formas de governação do país e as estratégias de desenvolvimento económico faziam parte das preocupações sindicais.

Com outro tipo de preocupações foram surgindo, um pouco por toda a parte, múltiplas organizações populares: comissões operárias e sindicais nas empresas, comissões de moradores nos bairros, comissões de agricultores, de rendeiros, de pequenos industriais, de reformados, de soldados, etc. Estas estruturas envolveram muitos milhares de cidadãos que ganhavam consciência cívica, experiência de organização e de gestão públicas.

Durante esse período as múltiplas manifestações populares constituíam instituições sociais informais por onde passava muitas vezes a legitimação, ou não, das decisões do Estado.

■ O Movimento das Forças Armadas

Nas forças armadas existiram três níveis de atuação, de tomada de posição, de ação política: (I) as forças armadas propriamente ditas; (II) o movimento das forças armadas e (III) as estruturas do Estado de natureza militar.

Na base do golpe militar estiveram as forças armadas, cansadas de uma guerra colonial sem solução. Neste contexto as linhas de comando tradicionais foram enfraquecidas. As reuniões, as assembleias, as organizações político-militares nos quartéis e a participação dos militares nas movimentações populares influenciaram a correlação de forças na estrutura organizada aglutinadora de todos estes movimentos, o Movimento das Forças Armadas. Influenciaram as decisões do Estado.

O MFA foi a organização militar que desencadeou o golpe militar. Muito centralizado enquanto Spínola teve maior influência, após o 28 de Setembro de 1974 descentralizou-se e a Assembleia do MFA, isto é, a assembleia dos representantes eleitos dos quartéis passou a ter grande influência. A sua estrutura de direção foi o Conselho Superior do MFA, designado a partir de 11 de Março de 1975, o Conselho da Revolução.

Já referimos anteriormente a influência das estruturas do Estado.

Com risco de estarmos a subestimar algumas figuras, podemos admitir que os protagonistas mais influentes neste processo, pelo menos durante um período, foram António de Spínola, primeiro Presidente da República, Costa Gomes, segundo Presidente, Otelo Saraiva de Carvalho, um dos estrategas do golpe de Estado, Melo Antunes, o ideólogo mais influente do MFA em todas as fases do processo revolucionário, Vasco Gonçalves, primeiro-ministro de vários governos provisórios e Ramalho Eanes primeiro Presidente da República eleito.

■ Os partidos políticos

No 25 de Abril de 1974 só havia dois partidos políticos significativos que atuavam em Portugal: o Partido Comunista Português (PCP), que já existia há cerca de meio século, lutando na clandesti-

tinidade, e o Partido Socialista (PS), criado no exterior em 1973. Para além deles existiam pequenos grupos políticos e a "Oposição Democrática" que aglutinava várias forças políticas e muitos cidadãos sem partido.

No 25 de Abril as estruturas fascistas, nomeadamente a União Nacional, foram encerradas e proibidas.

Pouco depois do golpe militar vieram a formar-se dois novos partidos políticos, declaradamente de direita: o Partido Popular Democrático (PPD) e o Centro Democrático Social (CDS).

A movimentação popular era o principal campo de ação do PCP. Os outros partidos, não pondo de parte esta via em alguns momentos decisivos, nomeadamente o PS, atuavam sobretudo na constituição e funcionamento das novas instituições parlamentares. O PS foi o partido mais votado para a Assembleia Constituinte e para a primeira Assembleia da República.

Os principais protagonistas nesta dinâmica partidária foram, por ordem de criação dos respectivos partidos, Álvaro Cunhal (PCP), Mário Soares (PS), Francisco Sá Carneiro (PPD) e Diogo Freitas do Amaral (CDS).

■ O exterior

As relações económicas internacionais de Portugal durante a ditadura eram difíceis de alterar no curto prazo e continuaram a influenciar a dinâmica da economia. Ao mesmo tempo que dominavam as políticas socializantes reforçavam-se as ligações do país ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, que influenciaram diretamente a política interna.

Num plano mais político os três principais elementos influenciadores da política portuguesa foram os movimentos independentistas das colónias, a diplomacia dos Estados Unidos da América e os países socialistas. Para compreendermos a influência do primeiro basta recordar a relevância da guerra colonial no desencadeamento do processo, as tibiezas de vários sectores em relação à imediata independência das colónias e a pressão desses movimentos até terem conseguido a independência dos seus países, sobretudo os países africanos. Para compreender a influência do segundo basta atendermos ao imediato destacamento de observadores para o nosso país,



recordarmos a reunião de Spínola com o Presidente dos Estados Unidos alguns dias após o golpe militar e a estreita relação de Mário Soares com o novo embaixador americano, Carlucci, posteriormente um dos diretores da CIA. Quanto ao terceiro, recorde-se que só após o 25 de Abril se estabeleceram as relações diplomáticas com esses países. Apesar de diversas ações de cooperação e desenvolvimento os países socialistas mostraram-se mais interessados em aproveitar a oportunidade de influenciar os novos países africanos que em atuar em Portugal, onde a sua influência foi mais ideológica e ética.

Transformações socializantes

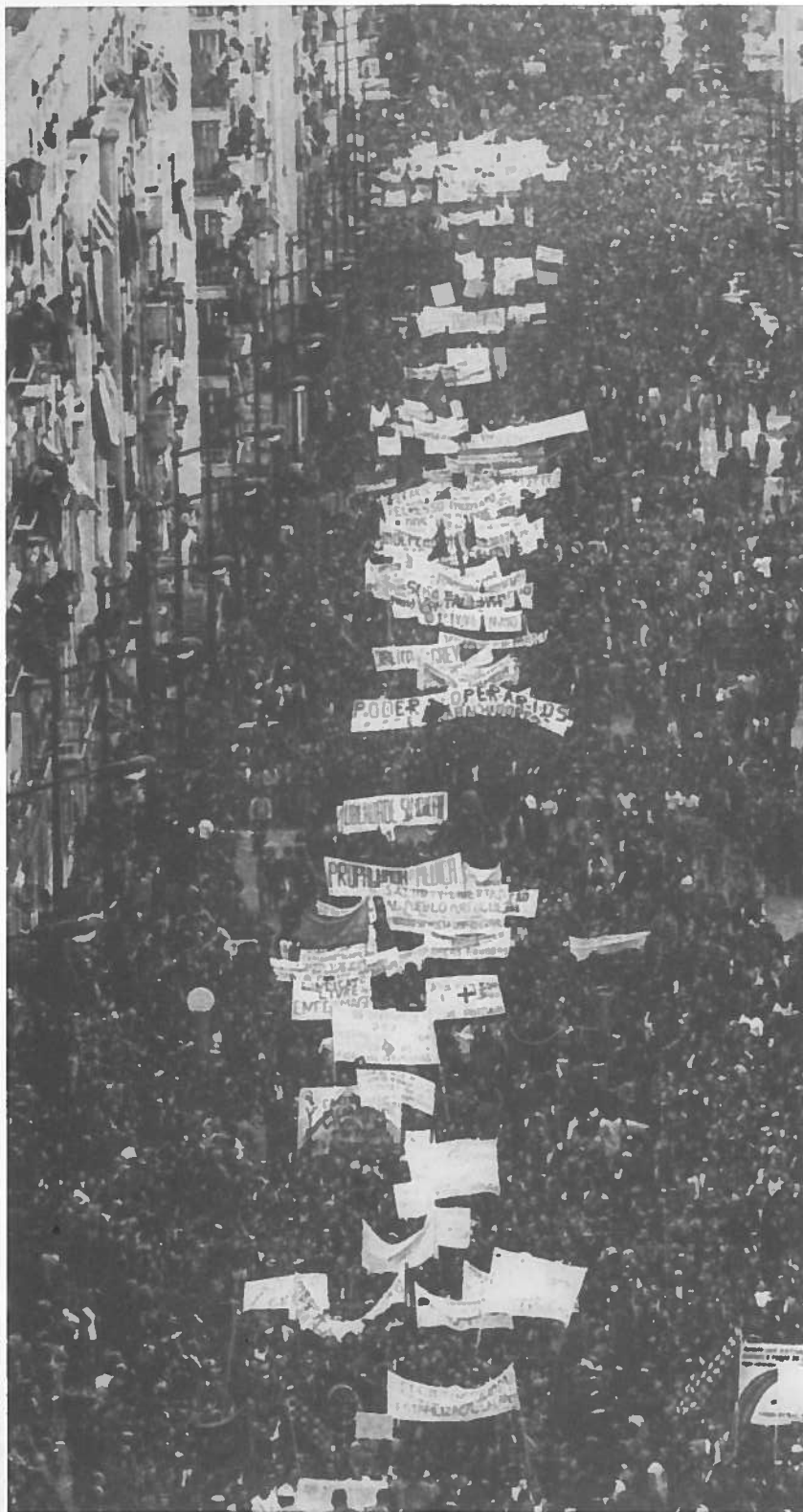
Sendo muito provavelmente conhecidas do leitor as medidas capitalistas, façamos aqui uma referência às transformações socializantes desse período, excluindo desta listagem o acontecimento capital da independência plena das colónias. Podemos agrupá-las em quatro grupos:

■ Melhoria das condições de vida

Há uma nova dinâmica da negociação salarial e dos contratos coletivos de trabalho. Instaura-se o salário mínimo nacional na indústria, depois alargado. Ele começa por atingir milhão e meio de trabalhadores. A segurança social, as condições de trabalho, a garantia de emprego tornam-se muito mais favoráveis aos trabalhadores, ao mesmo tempo que se reduz o horário de trabalho (apesar de se manter em mais de 40 horas semanais). Há um aumento do poder de compra de 13,3% em 1974 e de 16,5% em 1975. Em dez horas de trabalho produtivo, para se produzir o correspondente aos salários eram necessárias 2 horas em 1973, 2 horas e 36 minutos em 1974 e 3 horas e 11 minutos em 1976.

■ Controlo operário

O abandono de empresas pelas administrações, as lutas pela autogestão e a manutenção de postos de trabalho contra as tendências normais da dinâmica capitalista, conduziram ao que podemos designar por controlo operário ("os trabalhadores devem deixar de sentir que a economia é algo de estranho (...) a afirmação clara do princípio do controlo organizado da produção pelos trabalhadores, visando a produção e a eficácia",



segundo a Lei, iniciada em 1974 e reconhecida politicamente em Abril de 1975. Simultaneamente reforçou-se o movimento cooperativo (em 1977 existiam 1200 cooperativas ou empresas em autogestão, abrangendo 50.000 trabalhadores).

■ Nacionalizações

As nacionalizações começaram por duas instituições que já eram parcial-

mente do Estado: o Banco de Portugal e o Banco Nacional Ultramarino. De imediato alargou-se a outros bancos e a sectores estratégicos para o desenvolvimento económico: 245 empresas - 24 financeiras, 36 dos seguros, 24 de electricidade, 5 de petróleos, 8 de produtos minerais não metálicos, 1 do vidro, 1 siderúrgica, 2 de construção de meios de transporte, 2 de minerais, 4 da química, 6 do papel, 5 dos

tabacos, 7 de bebidas, 8 das pescas, 1 da agricultura, 105 de transportes, 10 de cinema e televisão e 4 das artes gráficas. Mais 200 foram englobadas por controlo do capital social.

Em 1976, as empresas nacionalizadas representavam 29% do valor acrescentado bruto, 54% da formação bruta de capital fixo (tal foi a sua importância numa política anticrise) e 20% do emprego na economia portuguesa.

■ Reforma agrária

A Reforma Agrária aconteceu na zona sul do País, onde predominavam os latifúndios e a terra ao abandono. Começou pela ocupação das terras incultas para trabalhá-las, sem preocupação com a obtenção da propriedade. Foram criadas aproximadamente 500 unidades de produção e com elas o desemprego deixou de existir, a produção (dos produtos tradicionais e de novos) aumentou. Aumentou o investimento. Promoveu-se o desenvolvimento na região alentejana.

Um balanço hoje

O que ficou do período revolucionário? Algumas mudanças foram irreversíveis:

- A independência das antigas colónias, o fim da exploração dos seus recursos naturais por Portugal e o fim da zona escudo. Esta independência traz também consigo uma significativa redução das despesas militares e uma utilização

diferente da juventude portuguesa.

- O fim da ditadura política e o estabelecimento de uma democracia. A liberdade de organização e manifestação dos cidadãos criou novas condições de defesa dos seus direitos.

- A hiperidentidade portuguesa (Lourenço, 1988) abre-se ao mundo, sob o ponto de vista cultural, político e económico. A integração europeia mudou as dependências e as interdependências da economia portuguesa.

Provavelmente muitos outros aspetos da sociedade portuguesa que parecem iguais a antes da Revolução Portuguesa não o são totalmente. Provavelmente muitas das evoluções posteriores da nossa sociedade, mesmo que dissociadas ou contrárias à revolução, com impactos sobre o desenvolvimento económico, só foram possíveis porque aquela existiu. Provavelmente ficou enraizada, mesmo com o medo de existir (Gil, 2005), a consciência de que há sempre alternativas políticas e, como se gritava então nas ruas, “o povo unido jamais será vencido”.

Contudo, do ponto de vista económico a recuperação do capitalismo foi total, a reconstrução dos grupos económicos monopolistas, com algumas variantes, aconteceu e as desigualdades económico-sociais ampliaram-se para níveis nunca antes atingidos, fruto da globalização desde os anos 80 do século passado e do neoliberalismo.■

Referências bibliográficas

- . Cunhal, Álvaro. (1964) – *Rumo à Vitória: as Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*. Lisboa, Edições Avante.
- . Gil, José (2005) – *Portugal Hoje. O Medo de Existir*. 7ª Reimpressão ed. 1 vols. Lisboa: Relógio d'Água.
- . Lourenço, Eduardo (1988) – *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. 2 ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- . MFA (1974) – *Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas*
- . Pimenta, Carlos (1975) – *Monopólios e Política Antimonopolista no Portugal de Hoje*. Porto: Limiar.
- . Pimenta, Carlos (1984) – *Economia Portuguesa. Uma Experiência, uma Análise*. 1 ed. Lisboa: Caminho.
- . Pimenta, Carlos, Octávio Figueiredo Gonçalves, & António Brandão (2000) – *La stratégie nationale du Portugal de 1926 à nos jours, Monographies en gestion et économie internationales*. Montreal: Centre d'Études en Administration Internationale.
- . Pimenta, Carlos, Octávio Figueiredo, & António Brandão (2002) – *A Estratégia Nacional de Portugal desde 1926 até 2000*. 1 ed. Lisboa: IDICT.
- . PS (1973) – *Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista, Portugal Socialista*, Set 73
- . Reis, António (1994) – *Portugal: 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.

*Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Notas:

¹ Este texto segue muito de perto os trabalhos do autor sobre esta mesma temática constante da bibliografia, muito particularmente a publicada em 2002, cujo capítulo de “O Período das Rupturas” é da sua responsabilidade.

² Ver a referência aos partidos políticos no ponto 5

³ A importância de certas situações só são inteiramente apreendidas quando elas desaparecem. Também aqui surge essa situação. Após o desaparecimento dos países socialistas verificou-se uma expansão acelerada da ideologia neoliberal, um ataque a direitos e garantias há muito consignadas às populações, agravaram-se as desigualdades na distribuição pessoal do rendimento e a dimensão social do trabalho desapareceu.



SEARA NOVA



N.º 1729

Outono | 2014

REVISTA TRIMESTRAL

Preço: € 4,00 (IVA incluído)



Fundada em 1921 | Director: Levy Baptista



Margarida Tengarrinha, "Alfarrobeira velha", Pintura

■ **Jornalismo
e democracia**

■ **Apontamentos
sobre a Revolução
Portuguesa de 1974**

■ **Impostos
em Portugal**

■ **Independências,
in dependências,
ainda pendências**